

Sapukai - o nhandereko mbya se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.2436/20.8070.01.212

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: teresam@ufrj.br

Renato de Oliveira dos Santos

Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela
Universidade de São Paulo, Brasil.
Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: renatosantos.adm@gmail.com

Nadson Nei da Silva de Souza

Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil.
E-mail: labrupe@gmail.com

Sandro dos Reis Andrade

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: srsandro983@gmail.com

Resumo

O tema turismo em terras e comunidades indígenas no estado do Rio de Janeiro é apresentado, neste trabalho, a partir de uma contextualização classificatória sobre as diversas propostas de turismo indígena na América Latina até chegar ao caso específico investigado, a Aldeia Sapukai, localizada em Angra dos Reis, na Costa Verde, litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa, iniciada em 2015, tem como orientação de área para pesquisa, o mapa de turismo de base comunitária lançado pelo núcleo de turismo do Fórum de Comunidades Tradicionais - Angra – Paraty - Ubatuba, que deu origem à Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária. Neste mapa, onde estão

indicadas experiências caiçaras, quilombolas e indígenas do litoral sul do estado do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo, as aldeias guarani mbya Araponga, Itaxim de Paraty Mirim e Sapukai, esta última foco de reflexões para este trabalho, são as localizadas no Rio de Janeiro. Desse modo, buscamos pelos significados do turismo, localmente denominado de base comunitária, tanto no campo das representações e dos discursos, quanto das práticas locais. Assim, ao descobrir caminhos e caminhar por este mapa, a partir da perspectiva metodológica de Tim Ingold, o que se tem colocado em relevo é que, para além do objetivo econômico, o ganho do *pira pire*, entre a prática do turismo indireto ou direto, o turismo na *tekoa* Sapukai, localmente denominado de base comunitária, se revela como um interlocutor de histórias, que manifesta *nhandereko*. O *nhandereko* que se expressa em uma experiência que possibilita, não apenas à visibilidade do turismo indígena, mas também a visibilidade político-territorial dos territórios indígenas, um turismo de resistência no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Aldeia Sapukai, Guarani Mbya. Turismo em terras e comunidades indígenas. *Nhandereko*. Turismo de base comunitária.

1 INTRODUÇÃO

O contato com o tema, turismo em terras e comunidades indígenas no estado do Rio de Janeiro, se deu a partir da participação no I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde, região turística localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. O evento, realizado no período de 23 a 25 de julho de 2015 em Tarituba (Paraty), trouxe uma série de debates a partir de uma proposta do turismo de base comunitária, por meio de reflexões sobre o modelo de turismo presente na região.

No entanto, o tema vem se tornando recorrente em âmbito global e sendo investigado a partir de iniciativas e experiências turísticas em várias regiões do mundo. No sul da China, por exemplo, o turismo indígena ocorre por meio da inclusão social de algumas etnias indígenas ligadas ao campo, bem como através da prática espiritualista do confucionismo. Por outro lado, em lugares da Oceania, as experiências australianas e neozelandesas se dão como resultado da junção entre os povos aborígenes e áreas protegidas. De igual maneira, os polinésios da Isla de Pascua (Chile) pleiteiam que no processo de planejamento das iniciativas de turismo de algumas regiões tomem em conta a cultura local, principalmente em lugares históricos ligados aos Moais (DE SOUZA *et al.*, 2020).

Nessa viagem, pelas iniciativas e experiências turísticas em terras e comunidades indígenas pelo mundo, a América Latina constitui uma região pluricultural, representado em seu conjunto, aproximadamente 45 milhões de indígenas (CEPAL, 2015). Muitas dessas etnias vêm se organizando politicamente, culturalmente e economicamente através do aproveitamento da natureza e da cultura de seus territórios para o turismo. Essa prática tem resultado em várias denominações que serão discutidas, posteriormente, neste artigo.

No caso brasileiro, tais iniciativas têm sido planejadas desde a década de 1990, a exemplo da Comunidade Indígena de Nova Esperança, localizada na Terra Indígena de São Marcos, no Estado de Roraima. No final da referida década, a etnia Macuxi apresentava, dentre tantas alternativas para o etnodesenvolvimento da comunidade, o Ecoturismo no escopo do PRONESP - Programa de Desenvolvimento Sustentável para Nova Esperança (DE SOUZA, 2005).

Ao longo do processo, o turismo foi sendo implementado em terras e comunidades indígenas de vários rincões do país. Paralelamente, alguns grupos de trabalho (GTs) foram sendo organizados e conduzidos por instituições públicas, como o Ministério do Meio Ambiente, a Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR) e, posteriormente, o Ministério do Turismo (MTur). Esses GTs discutiam uma vasta pauta incluindo turismo, natureza e cultura, entre elas, as iniciativas turísticas em terras e comunidades indígenas, o que resultou na elaboração e implementação de vários documentos oficiais, como o *Manual Indígena de Ecoturismo* (MMA, 1997). Entretanto, o mais recente documento oficial é a *Instrução Normativa Nº 03/2015* que dispõe da Implementação do Ecoturismo e Etnoturismo em Terras Indígenas (BRASIL, 2015).

Em meio ao universo dessas experiências e iniciativas ligadas ao turismo, os Guarani também têm optado pelo turismo como um possível caminho para estimular o etnodesenvolvimento, a autossuficiência da etnia e a valorização da cultura indígena (ver CORBARI, GOMES, BHAL, 2013; GASPERAZZO, 2017), como o que ocorre no território que compreende a Costa Verde, localizada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro.

Costa Verde? De que território estamos falando? De um território em disputa, onde desde a construção da rodovia BR-101, trecho Rio-Santos, na década de 1970, conflitos vêm se intensificando, conforme panoramas traçados no Diálogo 1 - “O Território”, proposto para debate no Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde. A Rio-Santos, responsável por dividir o território em mar e sertão (MENDONÇA, SANTOS, LEITE, 2020), foi considerada como marco do processo de desenvolvimento da região, diretamente relacionada às ações propostas por discursos políticos-ideológicos de modernização e progresso do governo federal na época (GUANZIROLI, 1983). Assim, descrevendo território, este é caracterizado pela:

[...] a disputa por espaço físico e simbólico, o processo de luta por poder, conflitos e tensões decorrentes de expulsão de moradores e grilagem de terras, as contradições da política pública de proteção da natureza, com a criação de unidades de conservação do grupo proteção integral, que admite apenas o uso indireto dos atributos naturais. (Alexandre mediador da mesa Território do I Encontro TBC) (MENDONÇA et al., 2015, p.27).

Desde então, o avanço do turismo no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, motivado pelo discurso de vocação turística da região “intensificou essa ocupação do solo orientada por interesses e levou ao agravamento dos conflitos com a chegada dos novos interesses imobiliários, que resultou em “especulação e expropriação de moradores que lá viviam há muito.” (MEDEIROS, 2015, p.41). Ou seja “[...] os conflitos e tensões por terra têm gerado um processo de desterritorialização, que se caracteriza pela quebra ou mudança de vínculos e laços da comunidade com o espaço”. (Alexandre mediador da mesa, mesa Território do I Encontro TBC) (MENDONÇA et al., 2015, p.27). Conseqüentemente, os povos e comunidades tradicionais da Costa Verde, indígenas, caiçaras e quilombolas, têm enfrentando graves conseqüências oriundas do avanço do turismo de massa e a crescente especulação imobiliária (MENDONÇA et al., 2017).

Passando das reflexões que traçaram o panorama do território, no Encontro da Costa Verde, para o tema sobre as práticas no território, no diálogo 3: “Práticas

Sustentáveis e Valorização dos modos de ser e fazer”, para pensar novas possibilidades e formas de organização do turismo, Julio Karai Xiju (figura 1) da Aldeia Sapukai, que está localizada em Angra dos Reis, ressaltou as lutas e as dificuldades enfrentadas pelos guarani da aldeia diante de um contexto em que poucas pessoas têm emprego fixo e as demais vivem somente do artesanato que é vendido aos turistas nas cidades de Angra e Paraty.

Figura 1: Indígena Lucas Karai Xiju durante o Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde



Fonte: Gui Sena - MENDONÇA *et al.*, 2015.

A fala de Julio relata um fato que marca a imagem dos guarani e sua relação com os municípios de Angra dos Reis e Paraty. A imagem dos indígenas (principalmente mulheres, crianças e adolescentes) pelas ruas do centro histórico, em estado precário, sem um mínimo de infraestrutura, em dias de chuva, calor ou frio, disputando os turistas, com os demais comércios formais, para a venda de artesanato. Outra imagem que, também, é recorrente são as de algumas apresentações de grupos de coral guarani e alguns eventos promovidos ou pela prefeitura de Angra, Paraty ou alguma outra instituição.

Citando a invisibilidade que a visitação à aldeia tem no que tange ao turismo, Julio coloca que “[...] as prefeituras de Paraty e Angra dos Reis não liberam nem divulgam o turismo em suas aldeias para que possam mostrar suas tradições e sabe” (MENDONÇA *et al.*, 2015, p.39), além das ameaças de punição sofridas pelo Conselho Tutelar às famílias indígenas pelo fato das crianças trabalharem na confecção do artesanato. Ele ainda destacou que:

[...] sua comunidade é dependente do turismo, o artesanato é a principal forma de trabalho e geração de renda e, também, recebem benefícios sociais (Bolsa Família). Por fim, fez um pedido às autoridades para ajudarem na regulamentação do turismo em terras indígenas, no fomento à comercialização do artesanato e no apoio à defesa dos direitos dos povos indígenas (MENDONÇA *et al.*, 2015, p.39).

Dando continuidade aos elementos instigadores para reflexões sobre turismo em terras e comunidades indígenas no Rio de Janeiro, durante o II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Rede Turisol, em Brasília, em 2015, o Fórum de Comunidades Tradicionais - Paraty, Angra e Ubatuba (FCT) lançou o mapa de turismo de base comunitária (TBC), indicando 15 núcleos caiçaras, indígenas e quilombolas para visitação em Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (SP).

Diante da visibilidade proporcionada pelo mapa aos caiçaras, indígenas e quilombolas presentes no território, decidimos segui-lo na busca pelos significados do turismo, localmente denominado como TBC, tanto no campo das representações e dos discursos, quanto das práticas locais. A pesquisa foi realizada em algumas experiências quilombolas, caiçaras e indígenas. Neste mapa as aldeias guarani indicadas são Aldeia Boa Vista, localizada no litoral norte de São Paulo e Aldeias Araponga, Itaxim de Paraty Mirim e Sapukai, litoral sul do Rio de Janeiro. No entanto, a pesquisa foi realizada nas Aldeias *Guyra'i tapu*, Araponga (Paraty) e *Sapukai* (Angra dos Reis). Esta última será foco de reflexões para este trabalho.

Nossa visitação a algumas iniciativas indicadas no mapa tinha como objetivo vivenciar como era oferecido e organizado o roteiro, assim as experiências foram pagas como se fôssemos turistas. Esta escolha estratégica foi, de certa forma, inspirada por Bruner (1995) ao relatar sua escolha estratégica-metodológica no artigo *The Ethnographer / Tourist in Indonesia*, em que discutiu suas experiências servindo como guia turístico para turistas americanos no país, “um etnógrafo como guia de turismo” (p.225). Bruner, com a escolha metodológica, revelou estar diante de uma ambiguidade perturbadora ao se questionar “Eu era um etnógrafo de armário em turnê, ou um turista de armário fazendo etnografia?” (p.229).

Diante de um papel de “turistas como etnógrafos”, e tendo nos encontrado em situação semelhante e instigados pela mesma questão de Bruner, fomos levados a refletir sobre a nossa escolha de inserção no campo. Desta forma, entendendo que “etnografia é ciência, autêntica e trabalho, enquanto o turismo é comercial, inautêntico e brincadeira...”, conforme menciona Bruner (1995, p.230), foi importante articular estas diferenças, assim, como método para seguir o mapa.

Consequentemente, perante uma orientação etnográfica, fomos inspirados por Tim Ingold (2000, p.225) que coloca que “todo mapa está, necessariamente, embutido em um “modo de vida”, está sempre “sendo feito”, com ênfase no vivido e no processo. Assim, para caminhar neste mapa o antropólogo deve se transformar em um descobridor de caminhos”, um habilidoso “ator-perceptor” num dado contexto, pois... “todo descobrir caminho é mapear; [...]” (INGOLD, 2005, p.92) pelos lugares, que segundo Ingold, não têm posições e sim histórias. Para o cientista social, nenhum mapa, por mais requintadas que sejam suas técnicas de elaboração, pode ser desligado das práticas sociais.

A partir de então, desde 2015, temos acompanhado a formação da Rede de Turismo de Base Comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra – Paraty – Ubatuba (FCT) que, em 2018, passou a ser chamada de Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, que em guarani significa “o nosso modo de ser”.

O nome da Rede que escolhemos significa nosso modo de ser, assim contemplamos todas as etnias. É uma palavra que fala da nossa cultura, da realidade do nosso povo local, esse é o sentido, ao mesmo tempo o nhandereko do indígena, do caiçara e do quilombola com os tambores, o jongo, a cultura, as ervas, o fandango, a produção de farinha, portanto assim fortalecemos o nhandereko de cada etnia e comunidade”, pontua Júlio Karai Xiju (COMUNICAÇÃO POPULAR FCT, 18 jul. 2018).

A pesquisa de campo, também, foi realizado nas reuniões de discussão, reflexões e planejamento da Rede chamadas de partilhas. De acordo com a facilitadora das

atividades, em entrevista realizada no encontro na Praia do Sono (Paraty), as partilhas se constituem de:

uma estratégia de desenvolvimentos sociais, a gente só, é uma estratégia do fórum. O fórum, por exemplo, em suas reuniões, não tem uma abertura pra quem é de fora, é comunitária. [...] é um conceito que os movimentos sociais usam mais aqui tem suas características próprias e é tudo regadas de uma cultura do fórum traz, protagonismo, da liderança de ter uma prática junta, teórica, desde o início são no mínimo dois dias, a gente vai fazer mutirão, é uma coisa já, uma metodologia associada, muito usada nos movimentos de agroecologia. (Facilitadora das partilhas, julho 2018).

Estes encontros foram aproveitados na perspectiva de rituais (DAMATTA, 1990; PEIRANO, 2003) onde os vários atores sociais (caiçaras, indígenas e quilombolas) estiveram reunidos para pensar e traçar a proposta de turismo de base comunitária. Pudemos, assim, ver o que ocorreu nas partilhas como dramatização das questões do cotidiano, pois foram identificados elementos, por meio de silêncios, palavras, atos, gestos, afetos, cantos, danças, graus de formalidade e informalidade, redundância, estereotipia, que ali se materializaram e que dizem muito sobre o grupo (PEIRANO, 2003), uma vez que “fazem coisas”, “dizem coisas”, “revelam coisas”, “escondem coisas”, “armazenam coisas” (DAMATTA, 1990, p.59).

Estas foram as ferramentas para descobrir caminhos, ou seja, mapear os significados turismo “na terra sem mal”, segundo a cosmologia guarani, na relação humano-natureza, nas manifestações culturais, em território de conflitos socioambientais e onde o turismo representa uma alternativa para mitigar os problemas econômicos, além de como se dão as trocas, tendo o turismo como um meio, entre indígenas e não indígenas. Assim, fomos à campo entendendo o turismo “...como um conjunto de práticas espaciais e discursivas, levando em conta sua associação com experiências etnográficas particulares.” (ARAÚJO, 2001, p.62).

Toda experiência do trabalho de campo vem dialogando, reportando a um corpo referencial bibliográfico e documental, com aqueles que discutem o escopo histórico, político e territorial sobre turismo em terras e comunidades indígenas na América Latina. Portanto, o presente trabalho faz uma viagem que se inicia com o contexto conceitual e classificatório do turismo em terras e comunidades indígenas na América Latina até chegar à Costa Verde buscando revelar como este se traduz no caso específico dos Guarani Mbya da Aldeia Sapukai.

2 TURISMO EM TERRAS E COMUNIDADES INDÍGENAS: UM BREVE DEBATE NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

O turismo envolvendo os povos originários têm constituído uma pauta central na América Latina. As inúmeras iniciativas turísticas desenvolvidas em terras e comunidades indígenas têm possibilitado o aparecimento de narrativas sobre o tema a partir de diferentes perspectivas e horizontes (PEREIRO, 2015).

Essas narrativas têm implicado em desdobramentos conceituais, resultando em várias denominações ou terminologias. Algumas delas têm sido abordadas a partir dos estudos das etnicidades para compreender o desenvolvimento do turismo, como ocorre

com o que classificam de Etnoturismo. Entretanto, ainda na literatura especializada, alguns autores se debruçam no debate apresentando os problemas relacionados a essa prática, principalmente quando analisada a partir da perspectiva empresarial. Dessa forma, a centralização das atividades nas operadoras de receptivo, agências de viagens e, principalmente, nas grandes corporações, tem resultado no quase nulo protagonismo dos povos indígenas no processo de planejamento do Etnoturismo (GONZÁLEZ, 2008), embora alguns países tenham adotado a denominação, considerando experiências específicas de êxito objetivando revalorizar a cultura dos povos indígenas, como é o caso da Guatemala, Panamá e Brasil. Nesta direção, o termo Etnoturismo tem sido adotado pelas etnias Kuna, Maya e Guarani Mba.

Entretanto, não existe consenso sobre o protagonismo dos povos indígenas no planejamento das experiências etnoturísticas. Ao contrário, algumas narrativas sustentam que o chamado Turismo Étnico tem como base a ideia da participação comunitária em todo o processo de implementação da referida experiência. Ou seja, os indígenas determinam como se dará o Turismo Étnico e cabe ao *trade* turístico adaptar-se segundo a lógica desses povos (GASCÓN, 2014). Já para alguns autores como Van Den Berghe (1994), o que define o turismo étnico ocorre quando o turista busca pelo exotismo étnico. Ou seja, “[...] No turismo étnico, o nativo não está simplesmente ‘lá’ para servir as necessidades do turista; ele está ele mesmo ‘em exposição’, um espetáculo vivo a ser escutado, fotografado...” (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984, p.345).

A concepção que coloca o indígena na condição de protagonista no processo de planejamento turístico se aproxima dos argumentos defendidos por Sandoval (2001) com relação ao Ecoturismo. Para o autor, um dos mais importantes pontos na construção do conceito sobre o tema é o envolvimento das comunidades locais, principalmente porque são elas que são as guardiãs da natureza. Essa aproximação conceitual contribuiu para o aparecimento de novas alternativas envolvendo os povos indígenas, o Ecoturismo Indígena, discutido amplamente pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no final da década de 1990, e o Ministério do Meio Ambiente, resultando em políticas públicas sobre o tema, a exemplo do Manual de Indígena de Ecoturismo, no caso brasileiro (MMA, 1997).

Entretanto, são inúmeras as controvérsias com relação ao tema, sendo a primeira delas o caráter de atividade econômica dado a tais iniciativas turísticas, constituindo o eixo principal no processo de interpretação das denominações discutidas até aqui, ficando a questão ecológica como pano de fundo.

Outra controvérsia encontrada nos documentos legais e que trazem argumentos que contradizem a autonomia e gestão dos povos indígenas nesse processo do turismo em suas terras reside na burocracia dos organismos oficiais. É o caso do Brasil, que através da Instrução Normativa nº 03/2015 (BRASIL, 2015) que dispõe sobre a implementação de tais iniciativas. Entretanto, esta exige uma série de requisitos (plano de visitação, plano de negócio, roteiro) como condição para autorizar os projetos propostos por esses povos.

No caso mexicano, a existência de centros de ecoturismo em diversas regiões do país objetivando o envolvimento das comunidades locais, inclusive algumas etnias indígenas e a conservação da natureza, tem contribuído para a interpretação do tema com base no processo de sensibilização ecológica. Entretanto, devido a prevalência do aspecto econômico e do caráter de atividade turística dado para algumas experiências, autores como Camacho-Ruiz *et al.* (2016) sugerem a construção de um sistema de indicadores específicos para o acompanhamento e monitoramento dessas experiências. Tal sugestão parece ser inovadora e, também contribuir no processo de discussão sobre

o conceito de Ecoturismo, com base no trinômio comunidades campesinas, natureza e turismo.

Na Colômbia, algumas iniciativas de turismo desenvolvidas em territórios indígenas têm sido denominadas de Turismo Indígena e discutidas por meio da análise dos conceitos de cultura, patrimônio e natureza. Somado a tais conceitos, Acero-Tinoco (2018) propõe um debate com base nas análises da reprodução do discurso decolonial.

Esse debate colombiano nos leva a refletir sobre a proposta de pensar o Turismo de Resistência Indígena. Não menos relevante, seria discutir, além do protagonismo dos povos originários no processo de planejamento e gestão do turismo, a possibilidade de através da vivência e experiência junto a esses povos, compreender a importância da luta dos movimentos indígenas organizados em assegurar os direitos à terra e ao território, à proteção da diversidade biológica e à salvaguarda dessa cultura invisibilizada e silenciada na história latino-americana.

Outra denominação que vem sendo utilizada pelos povos originários é o Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária como ocorre na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, localizada no Estado do Amazonas. Segundo Fortunato e Silva (2011) essa iniciativa abrange, no debate conceitual, a noção de desenvolvimento local, organização comunitária e autenticidade no turismo. Esta denominação também é a escolhida pela Rede Nhandereko e, conseqüentemente, pela Aldeia Sapukai, e que será detalhada adiante.

Por outro lado, as experiências envolvendo os indígenas das regiões peruanas de Ayacucho, Cusco, Lambayeque e Puno são conhecidas como Turismo Rural Comunitário e são discutidas a partir da noção de interculturalidade, da estima, liderança comunitária e etnodesenvolvimento desse tipo de iniciativa turística (FIODM, 2011). O Turismo Rural Comunitário está ligado, portanto, às “...estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais – parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura – na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.” (MALDONADO, 2009, p.27).

Ainda nesse processo de discussão das nuances teóricas do Turismo Indígena, surge a terminologia Turismo em Terras e Comunidades Indígenas. Uma das preocupações com relação ao Turismo Indígena vem sendo a limitação em considerar, na interpretação conceitual, apenas as Terras Indígenas. Este limitante impede que iniciativas turísticas desenvolvidas com êxito em comunidades e reservas indígenas, (inclusive àquelas que estão em processo de reconhecimento e homologação) sejam incluídas no debate. Um exemplo para repensar essa problemática é a Reserva da Jaqueira (Porto Seguro, Bahia), onde o turismo é desenvolvido e gerenciado por mulheres da etnia Pataxó com base na sua cosmovisão e relação com a natureza.

E não termina por aí! O Turismo Xamânico, representa o fortalecimento identitário da etnia indígena Yawanawá, localizada às margens do Rio Gregório, no Acre. Através da ayahuasca, esse povo uniu espiritualidade e turismo nos chamados Festivais Anuais da Ayahuasca e movimentam turistas do Brasil e de distintos lugares do mundo para experimentar essa imersão sagrada de encontro consigo mesmo. Tal experiência ocorre em determinadas regiões de outros países, como explica Bernal (2021) sobre o quanto é enigmático e místico o que ocorre no povoado mágico de Huautla de Jiménez, localizado no Estado de Oaxaca, no México.

Nesse universo de “Turismos Indígenas”, discutidos no âmbito latino-americano, observa-se uma tendência a segmentar essas diferentes denominações com o propósito de marketing publicitário e comercialização de destinos turísticos comercializados como

exóticos. Grunewald (2014), no entanto, considera que, mesmo que diante de uma perspectiva comercial, o turismo indígena pode se tornar um processo de descolonização ao projetar os discursos nativos que endossam seus anseios de autodeterminação ao mundo.

Segundo Da Silva de Souza (2020) as iniciativas de turismo em Terras Indígenas, não importando as nuances teóricas, somente terão algum significado expressivo para anfitriões e turistas/visitantes, se considerar o protagonismo e a autossuficiência desses povos sobre o turismo, considerando sua visão de mundo e as diferentes formas de relacionar-se com a natureza. Esse constitui um dos inúmeros desafios no processo de decodificação de tais iniciativas.

Diante uma variedade de perspectivas classificatórias sobre as experiências do Turismo em terras e comunidades indígenas, trazemos a experiência do turismo no caso dos Guarani Mbya da Costa Verde, em especial da Aldeia Sapukai, na busca dos significados locais do que se constitui como turismo.

3 OS GUARANI MBYA E O NHANDEREKO

O povo guarani é originário da América Latina, seu território tradicional abrange: a antiga região de Misiones na Argentina, do leste do Paraguai, norte do Uruguai, Bolívia e o Brasil, nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins, Pará e Maranhão¹. É formado pelas etnias: Mbya (ou Mba, Mbyá, M'bya), Nhandewa (ou Nhandeva, Ñandeva), Kaiowa (ou Kaiowá), Tupi-guarani, Paraguai-guarani e Tambeope (SANTOS, *et al.* 2020). No entanto, no Brasil, são descritas apenas três etnias principais, Kaiowa, Mbya e Nhandeva, considerando as diferenças linguísticas, de costumes e práticas religiosas dada a grande dispersão causada pelos movimentos migratórios (LADEIRA, 1994). Neste processo, as experiências vividas de colonização, como as reduções jesuíticas, a política indigenista, e o contato com as sociedades envolventes [o *jurua* – não indígena] afetaram a organização comunitária, provocando novos reagrupamentos e a “miscigenação” entre os subgrupos diversos (LADEIRA, 2007).

Embora, na literatura, o termo *Mbya* seja traduzido como “gente”, “muita gente num só lugar”, “estrangeiro”, os Guarani Mbya carregam uma interpretação de si mesmos como povo, a partir da origem comum em *Nhanderu* (criador), como também por meio da revelação que os orienta a procurar através de suas caminhadas os *tekoa porã rã*, “seus verdadeiros lugares”, os posicionando como passageiros, conforme sua proveniência celestial e uma característica não terrena. E, portanto, “permanentemente recriado e ressignificado, pois ele é o próprio mundo Mbyá” (LADEIRA, 2007).

3.1 O Caminhar e a busca pela terra sem males

O caminhar é parte da constituição do ser guarani, por esta razão os mbya estão sempre em deslocamento, no *jaguatá* (caminhada) na busca pela terra sem males *yvy marãey*. “Ela é, para os Guarani, a terra sem fim ou onde nada tem fim, a terra perfeita onde tudo é bom, o lugar de Nhanderu (nosso pai) e de sua comunidade celeste [...] na

¹ A ocupação Guarani na América Latina pode ser visualizada no mapa virtual interativo: Mapa Guarani Digital <https://guarani.map.as/#/?z=4.7&x=-17.340360123495735&y=-54.75149486307945>

direção de *Nhanderenondére* (à nossa frente), onde nasce o sol.” (LADEIRA, 2007, p.28). Onde para se chegar é preciso atravessar a grande água “[...] O mar, [...] ao mesmo tempo obstáculo a transpor, para se atingir o paraíso, e ponto de chegada, pois é ali, nas proximidades, que o destino Guarani poderá se realizar” (LADEIRA, AZANHA, 1987, p.20).

Destarte, para além dos processos migratórios em que estão suscetíveis, os guarani são sujeitos do seu próprio *teko porã* (caminho bom/bonito/verdadeiro) “sempre percorrendo o *yvy rupa* – o seu mundo no planeta terra, território onde inexitem fronteiras. Nesse sentido, *yvy rupa* é o próprio caminhar (*guata*), são as infinitas caminhadas [...] em busca do *tekoa porã rã*” (BENITES, 2018, p.84), “Buscando pela terra sem males, visitando aldeias, parentes, se reunindo[...]” (SANTOS, et al., 2020 p.83), “[...] para se fortalecerem, [...], mantendo a essência do ‘ser guarani’, o fundamento da pessoa” (BENITES, 2018, p.84).

No *jaguatá*, os guarani são conduzidos pelas palavras de sabedoria de seus anciãos: *Xeramõi* (meu avô), *Xejary* (minha avó) termos que congregam as “funções” de lideranças: pajé, xamã, cacique. São eles que conversam com *Nhanderu* (ente celeste/pai/ criador de tudo) e *Nhandesy* (figura feminina de *Nhanderu*) e recebem, por sonhos ou durante as rezas na *opy* (casa de reza), as orientações, para realizar e manter o *nhandereko* (SANTOS, 2020), o que inclui a *tekoa* (aldeia), o lugar onde é possível realizar o modo de ser Guarani (LADEIRA, 1994), o jeito de ser e viver desse povo, ou seja, o *nhandereko* (BENITES, 2018).

O *tekoa*, com toda a sua materialidade terrena, é, sobretudo uma interrelação de espaços culturais, econômicos, sociais, religiosas e políticas. Na verdade, “fundar” um *tekoa*, ou recuperá-lo ou reconstruí-lo mediante as unidades familiares, é realizar o projeto coletivo de reconstrução do mundo Mbyá por meio da reprodução, nos diversos *tekoa*, dos elementos originais existentes em *yvy apy* (LADEIRA, 2007, p.93-94).

Diante dos novos contextos políticos e sociais impostos pela sociedade e seus modelos de produção, onde a subsistência está baseada na propriedade e no acúmulo de capital, os guarani, que historicamente e por questões culturais, se relacionam com a terra na prática da ocupação tradicional, na itinerância e na sazonalidade, são impactados a uma nova realidade, de demarcações e cessão de área, ao uso controlado e “tutelado” da terra, muitas vezes em processos conflituosos, que negam os saberes ancestrais e a cosmovisão, “alterando” a característica cultural dos guarani (SANTOS, 2020; SANTOS et al., 2020).

Este tema é explicitado por Ivanildes, representante das comunidades indígenas de Araponga, Paraty-Mirim, Aldeia Sapukai e Bracuí, durante sua participação na mesa “Território” no I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde (julho de 2015). Pensando neste território, Ivanildes:

[...] Refletiu sobre o sentido do território para as culturas hegemônicas. Mas, enfatizou que para os Guaranis o território é livre, sem fronteiras. Os portugueses dividiram os espaços, mas os indígenas Guaranis caminham na busca do território da terra sem mal. Com a terra demarcada não podem seguir com a religião e seu conhecimento. Atualmente, os Guaranis se encontram em um território fechado, sem poder praticar sua cultura e religião. Os Guaranis escolheram viver no

litoral porque estar próximo ao oceano significa estar próximo a terra sem mal. [...] (MENDONÇA et al., 2015, p.27).

Assim, segundo Santos (2020), no caminhar em busca da “terra sem males”, da harmonia e de alcançar o *Nhanderowai* (o destino do povo guarani), se constroem as *tekoa* (aldeias). No estado do Rio de Janeiro, se estabeleceram sete *tekoa* guarani, sendo cinco no litoral sul: *Sapukaí*, (Bracuí - Angra dos Reis), *Itaxim* (Paraty Mirim - Paraty), *Guyra'i tapu* (Araponga, Patrimônio - Paraty), *Djevy* (assentamento Nhandeva, Rio Pequeno - Paraty), *Arandu Mirim* (Mamanguá - Paraty). Duas outras aldeias estão localizadas na faixa litorânea da região metropolitana: *Ara Hovy* (Itaipuaçu - Maricá) e *Ka'guy Ovy Porã* (na restinga São José de Imbassá - Maricá).

Exemplificando os processos sociais e políticos impostos, das oito terras indígenas guarani do Estado do Rio de Janeiro², apenas três estão homologadas e registradas: Terra Indígena Guarani de Bracuí (Aldeia *Sapukai*) e *Guyra'i tapu* (Araponga) em 1995, e *Itaxim* em 1996. As Terras Indígenas *Djevy* e *Arandu-Mirim*, situadas no município de Paraty, estão em processo de identificação, enquanto *Ara Hovy* em Maricá tem terras próprias, doadas, e *Ka'guy Ovy Porã*, também em Maricá, tem situação de posse não delimitada (SANTOS, 2020).

Destaca-se que as aldeias *Sapukai*, *Guyra'i tapu*, *Itaxim*, *Djevy*, e *Arandu Mirim* estão localizadas na região turística da Costa Verde, litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, que tem o trecho da Rodovia Rio-Santos da BR-101 (inaugurada em 1970) como seu eixo condutor. Assim, se encontram diante de um novo processo econômico influenciado pela “descoberta do território”, com a da Rodovia e consequentes introduções de novas lógicas socioeconômicas, impulsionadas por empreendimentos e pelo turismo.

3.2 Turismo em terras e comunidades indígenas guarani mbya na Costa Verde

A partir da década de 1970, os olhares focalizaram para este território, com a abertura da BR 101, trecho Rio-Santos, e os grandes projetos de desenvolvimento e empreendimentos turísticos, dando início ao ciclo do turismo (e a novos conflitos territoriais e socioculturais). Um turismo que se insere em um contexto histórico onde prevalece o segmento turismo de “sol e praia”; a prática do turismo de massa; a especulação imobiliária; a expulsão de grupos sociais de seu território de origem e as restrições impostas pela criação das Unidades de Conservação da Natureza (UC) e a apropriação do litoral conforme defende (MENDONÇA et al., 2017).

O que ilustra, também, este território é que parte dele, compreendido por Paraty e a Baía da Ilha Grande em Angra dos Reis, foram reconhecidas, em julho de 2019, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como patrimônio mundial misto (UNESCO, 2019). Ou seja, um patrimônio, tanto cultural quanto natural, expressando a riqueza da diversidade local pela cultura viva, associada ao modo de vida e às referências culturais dos povos indígenas e comunidades quilombolas e caiçaras presentes na região. De acordo com Santos (2020), a titulação acontece a partir da mudança nos projetos de candidatura, que antes priorizavam apenas os aspectos históricos e naturais do território. O título confere valor universal ao patrimônio excepcional do território e possibilitam novas medidas de

² Em 2015 começa a se estabelecer uma nova aldeia em Paraty -Aldeia Iriri Kãñã Pataxi Ûi Tanara - etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, grupo originário da Bahia.

proteção e preservação como um compromisso internacional, outro impacto inevitável é a projeção internacional em diversos aspectos e temas, inclusive para o turismo.

O turismo, desta forma, se insinua como uma nova estratégia socioeconômica das aldeias guarani da Costa Verde. Esse é um contexto que vem se tornando frequente, pois o turismo, conforme indica Grunewald (2009), tem sido a cada dia de interesse principalmente das aldeias litorâneas, pois este território tem sido lócus de procura de turistas, mesmo sem o devido apoio de um planejamento em nível nacional.

Grunewald (2009, 2014) comenta que o turismo como alternativa econômica para grupos indígenas tem início, na década de 1970 no Brasil, com a comercialização de artefatos indígenas em diversos comércios fora da aldeia. O autor exemplifica esta prática como turismo indireto (ASPELIN, 1977 *apud* Grunewald, 2009, 2014). Para Aspelin, ao pesquisar venda de artesanato indígena no Brasil, esta seria uma nova maneira de contato interétnico como resultado do turismo, que não impactaria na forma de organização socioeconômica indígena (GRUNEWALD, 2009).

Diante do cenário apresentado, de um território delimitado geográfica e politicamente, demarcado e tutelado, o artesanato se tornou base econômica das comunidades indígenas da região, mesmo enfrentando problemas de negociação, transportes e locais adequados para exposição e comercialização (JESUS, 2017). No entanto, Jesus (2017, p. 360) revela que o artesanato indígena não desponta na região apenas em um contexto de desenvolvimento econômico, mas também como uma forma de resistência “[...] ao ampliar a visibilidade da cultura indígena e o conhecimento sobre seu modo de vida e os desafios enfrentados por essas comunidades”.

A relação do artesanato com os indígenas da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária se materializa na sua logomarca. Na representação visual da Rede estão presentes elementos dos 3 (três) grupos tradicionais (caiçaras, quilombolas e indígenas). A canoa representando o saber caiçara, que leva as pessoas à pesca e ao “cerco” de pesca. A imagem feminina representando a mulher quilombola e a gastronomia, como peixe e hortaliças. O cesto, o arco e a flecha são os elementos que simbolizam o artesanato indígena e sua força.

Para além deste cenário, Santos (2020, p.101) destaca que, “há uma necessidade de sustentação da vida, que é da vida coletiva dos guarani”, onde atualmente eles possuem reduzida condição de viver “sem se relacionar com a cidade e com os modos de sustentação da cidade, *o pira pira*” [*dinheiro*] (p.101). Demanda-se, não apenas mecanismos e ações de políticas públicas assistencialistas, mas outras que garantam a sustentação econômica para as aldeias, em um contexto em que conforme Xeramôni Augustinho, cacique da aldeia Araponga (Paraty), diz: “o *jurua* pegou todas as terras boas” (SANTOS, 2020, p. 101), diante de problemas diversos. Além disso, existe uma série de outras necessidades básicas como a energia, saúde, locomoção, dentre outros que são fundamentais e necessitam de recursos econômicos, de investimentos e de manutenção. As aldeias precisam encontrar seus próprios meios de sustento, considerando a sua localização e relação com a cidade onde estão inseridos: a venda do artesanato, as apresentações do coral e o turismo (SANTOS, 2020).

Tendo como exemplo mais direto a cidade de Paraty, os guarani se deslocam para a cidade (o Centro Histórico) para trabalhar (vender o artesanato) “e têm, no máximo, garantia de usar a rua – às vezes, nem isso, pois a “prefeitura” pode, algumas vezes, tirar os guarani da rua. O turista vai para a cidade e tem todas as garantias” (SANTOS, 2020, p.102). A partir das narrativas guarani mbya, constata-se que estes “têm o direito à cidade frequentemente cerceado, ao disputar um espaço informal e irregular pelas ruas, nas esquinas, no chão para exhibir e comercializar o seu artesanato,

sujeitos a serem retirados com uso da força para higienização da cidade” (SANTOS, 2020, p.103). Ao mesmo tempo, a sua cultura é exposta e comercializada nas lojas do Centro Histórico, em maior parte, sem benefícios diretos às aldeias.

Assim, é sobre o "direito" ao turismo, diante do conflito do direito à cidade para fins turísticos que os grupos se organizam. Levar o *juruá* para a aldeia é uma escolha que está sendo feita, uma estratégia que está sendo utilizada pelas aldeias na Costa Verde.

4 SENDO “TURISTA” NA ALDEIA SAPUKAI

Desde 1964, os Guarani Mbya ocupam a área onde atualmente está localizada a Aldeia Sapukai no Sertão do Bracuí, município de Angra dos Reis. O acesso ocorre a partir da Rodovia Rio-Santos e segue 6 km de estrada via sertão acima. O processo de reconhecimento da Terra Indígena (TI) Guarani de Bracuí teve início em 1982, a demarcação ocorreu em 1989, a homologação e registro foram concluídas em 1995, e abrange uma área de 2.128 hectares (BRASIL, 1995). A TI é coberta por uma extensa área de Mata Atlântica preservada, entre as UCs do Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual Cunhambebe, com o qual faz limite em sobreposição de áreas, compondo o Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas no Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar.

Ladeira (1994) conta que, a família que antecedeu o grupo do cacique João da Silva, *Vera Mirim* (falecido em 2016 com 103 anos), se referia à aldeia como *Itaxi* (Pedra Branca). O *tekoa* recebeu o nome de *Sapukai*, que guarani mbya significa socorro, um grito de socorro, que desvela a preocupação dos guarani do Bracuí com os não indígenas se apropriando dos “lugares sagrados” (LADEIRA, 1994), em razão da construção da Usina Nuclear - Angra 1, em 1985. Para, Lucas Benites a possibilidade de acidentes ou vazamentos afetariam diretamente a TI. Ivanildes Kerexu, afirma que o tema é de grande relevância para os guarani, que não são consultados sobre os grandes empreendimentos da região - Usinas Angra 1, 2 e 3 e a exploração de petróleo no Pré-sal (LOURIVAL *et al.*, 2017).

A Aldeia Sapukai é composta por 101 famílias (Julio Karai, jul. 2021). Em 2016, no momento da nossa visita, Lucas Benite informou que haviam 87 famílias e cerca de 430 moradores. Entretanto, Santos (2020) menciona as dificuldades de se considerar a representação numérica, considerando os processos migratórios que fundamentam a cosmologia guarani, a estimativa pode ser maior quando consideramos os parentes (como denominam os outros indígenas) que circulam pelas aldeias, como parte do *jaguatá*, nos processos de fortalecimento espiritual, nas celebrações, festividades, nos processos de transmissão dos saberes, nas relações "matrimoniais" e afins... Todavia, segundo, Ladeira (1993) desde a década de 60, a Sapukai vem sendo considerada o maior agrupamento indígena do estado, e um dos *tekoa* mais populosos do litoral brasileiro.

A ocupação dos guarani na região da Costa Verde, atraiu a “curiosidade” dos não indígenas, intensificando o contato dos guarani de Bracuí com os *juruás* e a venda do artesanato como prática econômica (LADEIRA, 1993). Atualmente, como possibilidade de sustentação econômica, dedicam-se à produção de artesanato, apresentações do coral e turismo.

No mapa de TBC lançado pelo FCT³, identificamos três indicadores de atrativos para o roteiro da Sapukai, artesanato, *Xondaro* e cachoeira. Tentando seguir o mapa, após diversas tentativas de visita à Sapukai, impedidas pelas chuvas constantes, nossa visita à Sapukai aconteceu em 28 de maio de 2016. Por ser uma região íngreme e a estrada não apresentar condições favoráveis devido às chuvas dos dias anteriores, não foi possível chegar até nosso destino de carro. Contamos, então, com a carona de nosso guia, o indígena Lucas Benite, indicado no mapa como o contato para visitação e coordenador cultural da aldeia.

Ao chegarmos à Sapukai o que nos saltou aos olhos, foi a vista da aldeia, localizada no alto da serra. A vista do mar, uma perspectiva da “terra sem mal”, sem limites. Depois nos deparamos com uma grande área central aberta, logo na “entrada” da aldeia as mulheres guarani e crianças estavam sentadas à sombra, expondo o artesanato (Figura 2) e a nossa frente uma grande construção, a *opy*. Seguindo as palavras de sabedoria dos anciãos, a aldeia mantém a organização socioespacial fundamentada na sua cosmologia. Assim, a principal construção da *tekoa* é a *opy*, a casa de reza.

Figura 2: “arte guarani mbya”



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2016.

A *opy* é a maior construção da aldeia, para acolher a todos e guardar os elementos e instrumentos sagrados. É construída na direção de onde o sol nasce, feita pelos próprios guarani, que incluem as mulheres e crianças na retirada e no momento de carregar e bater o barro para o pau-a-pique, o barro e madeira são aproveitados do território, o chão é de barro batido e o interior amplo, sem divisões, o telhado tradicionalmente é construído com folhas de guaricanga (uma espécie de palmeira) (SANTOS, 2020).

Ao lado da *opy* estão a cozinha comunitária e uma construção reservada aos cuidados das mulheres e suas gestações, chamada de casa de parto. Os núcleos familiares vão se estabelecendo e construindo suas casas ao redor da *opy* e da área central, um espaço amplo, aberto para as práticas da aldeia, como reuniões e apresentações do *xondaro*. Algumas casas já denotam a influência do contato constante com o mundo *juruá* com construção de alvenaria, chão de cimento e telhado de amianto “eternite”.

A *opy* é fundamental para manter a tradição, é lá que o xeramõi e a xejary reúnem todos seus parentes para transmitir as palavras de *Nhanderu*, narrando as histórias que aprenderam com seus anciãos. É na *opy* que se reúnem para cantar, rezar, e fortalecer o espírito e o corpo (SANTOS, 2020). A *opy* é central também para o turismo, é neste espaço sagrado para os guarani que a aldeia recebe seus visitantes/

³ Mapa: https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/folheto_tbc_fct_temporario_2015_liv

turistas para contar a história da aldeia e as histórias de lutas dos guarani. Neste espaço também podem acontecer as apresentações do coral ou do xondaro.

O *xondaro*, um dos elementos citados no mapa, é a dança dos guerreiros. Utilizada como treinamento para o corpo, possibilita força, agilidade e percepção. Por tradição, a luta é para aprender a se esquivar, se desviar e cansar o oponente. Os movimentos são inspirados na fauna, nos movimentos e sabedoria dos animais. São conduzidos por um *Xondaro* que assume uma posição de treinador e os demais vão dançando e chamados em duplas para disputar até que um vença o outro (derrube), sem as mãos, apenas nos movimentos corporais, sustentando o corpo agachados e usando os ombros (SANTOS, 2020).

No dia de nossa visita encontramos uma festa sendo organizada nesta área central, em comemoração ao aniversário de duas guarani que estavam completando 15 anos. Após, uma breve apresentação do espaço fomos levados para dentro da *opy*, onde ocorria outra festividade, era o lançamento da Cartilha Pré Escolar “*Nhanembo’e Jaikuaa a’e Nhambo’e*”, organizada pelo professor guarani da comunidade. Destaca-se que a Aldeia Sapukai possui a primeira escola Guarani do estado, o Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda. O evento contou com apresentação do coral e falas dos representantes de órgãos e entidades públicas como a Funai e da Prefeitura de Angra dos Reis. Entretanto, apenas o nosso grupo (4 pessoas) foi convidado a permanecer na aldeia. Assim, nossa vivência saiu da rotina dos roteiros organizados para visitação específica do turismo.

Dando seguimento a nossa visita, após o encerramento do lançamento da cartilha, percorremos o espaço ao redor da *opy* e logo Lucas, nosso “guia” assume o *mbaraka*, o violão guarani, instrumento sagrado de cura, é fundamental para condução dos cantos e rezas (SANTOS, 2020). Ele chama pelos *kyringues* (crianças), *xondaros e xondarias* (guerreiros e guerreiras). E logo ficamos impressionados com a quantidade de crianças e jovens que se reuniram, meninos de um lado e meninas do outro, participaram dos cantos, danças e das atividades (Figura 3). Enquanto as crianças e jovens entoavam os cantos guarani, os homens preparavam o “churrasco” para o almoço, carne de porco em espetos enormes que assavam em grandes poços cavados no chão, que foi servido acompanhado de arroz, feijão e cuzcuz amarelo, e refrigerante.

Figura 3: Atividades culturais



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2016.

Descrevendo o roteiro classificado como de base comunitária, restrito às visitas agendadas, este inclui no trajeto histórias do dia-a-dia na Aldeia; apresentação de dança e outras atividades culturais; banho de cachoeira; almoço e apresentação de vídeo. Existe também a possibilidade de realizar uma oficina de cestaria. Todos os elementos que compõem o “roteiro” estão relacionados com a vida diária da aldeia e a sua tradição. Apresentam e se reproduzem no espaço de vida dos guarani, no lugar onde é

possível viver o *nhandereko* mbya. Percorrer os espaços da *tekoa* é também participar do *jaguata* desse povo, é adentar o território escolhido pelos *xeramõis*, que foi construído seguindo os ensinamentos de *Nhanderu*, tudo ali é composto de semiosferas visíveis e invisíveis, sagrados. Neste contexto, participamos da vida e dos momentos que os guarani nos permitiram participar e conhecer.

Como descreve Santos (2020) o coral faz parte da educação dos *kyringues*, são as crianças que aprendem pela oralidade dos anciãos as histórias e cantam sobre seus antepassados, fortalecendo a cultura, e o espírito, dando força ao *xeramõi* e a *xejary* para realizar a pajelança, as rezas, as curas. No canto eles gritam por *Nhanderu*, chamam por ele, pedem proteção, sabedoria, contam sobre sua jornada nessa terra e celebram a cultura, e ao cuidado de *Nhanderu* e outras divindades com a terra, com a roça, que deu o sol, a chuva, que faz as os novos tempos de plantio e de colheita. Se apresentar ao *juruá* é permitir ao *juruá* participar desse mundo e conhecer *Nhanderu*.

Muitos dos artesanatos que produzem e comercializam ganham nova função a partir do interesse do *juruá* (SANTOS, 2020) Tal fato pode ser compreendido na produção do *ajaka* (as cestarias), feitas artesanalmente de fibra de taquara e sem pigmentação, são os “utensílios” do dia a dia, feita para armazenar ou transportar alimentos. Todavia para o *juruá* gosta das *ajakas* coloridas, de várias cores e usa como decoração, então as guarani tingem a fibra para colorir e agradar ao consumidor e assim vender mais e levar mais *pira pire* para comprar alimento, se deslocar, custear as despesas com itens básicos de higiene, com as despesas das crianças.

A confecção do artesanato é dividida entre os membros da aldeia, ficando as mulheres responsáveis pela confecção dos *ajaka* (cestarias), colares e brincos. As mulheres e crianças trabalham com os cestos e adornos, que possuem origem no uso cotidiano. Os homens produzem com madeira e o fogo reproduzindo utensílios que eram usados na caça e na representação da fauna. Como os remos, o arco e flecha, zarabatanas, pau de chuva e animais. As peças de adorno, como brincos e colares podem ser confeccionadas com miçangas que são compradas fora da aldeia, mas trabalhadas artesanalmente e com grafismos que representam a cultura guarani mbya, também com inspiração na fauna e flora.

A pintura corporal também representa elementos do universo guarani, a composição dos traços com tinta extraída da flora, faz parte do processo de aprendizagem do *kyringue* (criança) para o *xondaro* (guerreiro).

Traçando um histórico sobre o turismo na Sapukai, Lucas conta que

Eu comecei a trabalhar com turismo por gostar da área cultural, da religião e da língua guarani”, disse Lucas Xunu, liderança guarani mbya da aldeia de Bracuí em Angra dos Reis. Ele conta que eu trabalho teve início ao falar sobre a própria história com as crianças da aldeia. “Por meio de um projeto junto com o Ministério da Cultura (MinC) começamos a pensar no turismo. Hoje temos um roteiro, fizemos cursos e discussões (sobre como fazer a recepção de grupos grandes e pequenos) (COMUNICAÇÃO POPULAR FCT, 21 out. 2016).

Lucas relata, ainda, que há mais de 20 anos a Aldeia recebe turistas, um turismo definido por ele como pedagógico, de 3ª idade, turismo comunitário e cultural. Ele ressalta que a grande motivação de ter o turismo dentro da aldeia foi por questões de

sobrevivência, por considerar este como uma alternativa de trabalho para os jovens e demais envolvidos com o roteiro.

[...] No final do trabalho a gente senta e divide cada um... Quem trabalhou, né? Porque é um trabalho, né? Por exemplo, pra receber quarenta, trinta pessoa amanhã, antes cê já tem que ta trabalhando. [...] Não, porque hoje eles depende muito. A comunidade depende....bastante. Por exemplo, aqui ali maioria são... Aquilo que falo, igual emprego, né? (Lucas Benite, maio 2016).

Com base nesta afirmação, pode-se entender como a atividade ligada ao turismo participa da vida da aldeia como uma alternativa de recurso. Assim, além disso, trazer o *juruá* para a aldeia e evitando a ida para a cidade é uma forma de não se colocarem em risco na estrada, na cidade e se manterem em ambientes vulneráveis. Destaca-se que, tradicionalmente, quem sai pelas estradas e fica exposto nos centros urbanos para venda dos artesanatos são as mulheres e crianças: “Sim, sim. Pra rua... Ficar na rua. Na rua não é bem aceito também, principalmente pela comunidade. E eles sabe... E hoje todo mundo recebe bem esse conhecimento, né? Que turismo é trabalhar com turistas, né?” (Lucas, maio, 2016). Desta forma, o turismo direto (ou seja, a visitação na aldeia) e não o turismo indireto, trazendo aqui o tema de Aspelin citado por Grunewald, também é uma escolha da Sapukai.

De acordo com Lucas, o turismo pensado pelos indígenas é o “de base comunitária”, pois há um maior envolvimento da comunidade na atividade, incluindo a distribuição igualitária entre os membros.

Não, é... Turismo é... é isso que vocês... você mesmo, própria comunidade dá o preço, falar... decidir as coisas, é... quando que recebe, quanto que recebe, é um roteiro também. Porque se for com... Turismo normal, eles... por exemplo esse é... já, já tentamos. [...] Então, aqui... é... a gente distribui... Por exemplo, aqui tem oito núcleo familiar, lá em cima, aqui no grupo... Eu tenho grupo de coral, que participa, tenho o grupo de limpeza. Tem um guia, um jovem pra guiar também, pra guiar pra cachoeira, então... No final do trabalho a gente senta e divide cada um[...] (Lucas, maio. 2016).

Sobre a motivação dos turistas para visitação à aldeia, segundo Lucas, os turistas são atraídos pela curiosidade e divulgação da cultura, que se torna o ponto de referência da visitação. No entanto, em um processo em que “Mas é aquele negócio, veio pra ver índio. [...] E índio é bicho exótico. [...] Essa é a ideia que tinha em dois mil e dois, né? Era um terror!”, conforme relato de uma missionária (maio, 2016), que há muitos anos trabalha com a Sapukai, sobre o início do turismo na aldeia. Este relato nos remete à Bruner (2007) no texto “De Canibais, Turistas e Etnógrafos”, ao trazer algumas reflexões sobre o documentário *Cannibal Tours* de Dennis O’Rourke de 1987.

No que Rosaldo (1989) chama de nostalgia imperialista nota-se que o colonialismo frequentemente aspira pela cultura ‘tradicional’, a mesma cultura que os colonizadores intencionalmente alteraram ou destruíram. Mas, é precisamente essa cultura tradicional que os turistas vêm ver e já que ela não existe mais, a cultura tem que ser reconstruída para eles. Os turistas anseiam pelo bucólico, por suas origens, o não poluído, o puro e o original (BRUNER, 2007, p.232)

Esta fala, nos liga também à Lac (2010) ao citar que os indígenas e suas diversas qualificações: “aborígene”, “primitivo”, “silvícola”, “pouco civilizado”, entre outras, se destacam no olhar e voz de diversos atores sociais. Assim, Lac (2010) destaca que a ignorância histórica sobre estes povos, demonstra que existem problemas inerentes ao turismo quando se refere aos povos indígenas. A autora afirma, então, que o foco do turismo étnico parece estar baseado essencialmente no indígena e sua capacidade de ser exótico. Neste aspecto, ela afirma que alguns antropólogos poderiam estar corretos em sua visão do turismo indígena como uma forma de zoológico. A autora defende, no entanto, que esta não se constitui da única forma de fazer turismo étnico indígena. Assim, esta é a grande questão levantada neste trabalho nas diversas perspectivas e olhares sobre as possibilidades de apropriação dos indígenas no turismo.

O aumento de visitantes à aldeia depende, porém, do apoio da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra), principalmente no que tange ao tema divulgação, como já citado por Júlio na introdução e validado por Lucas

[...] falta bastante ainda a divulgação, isso é uma parte que foi divulgado, mas falta ainda a divulgação na região mesmo, aqui. Eu acho que próprios autoridades também... falta ainda de conhecer, por exemplo, da... Pessoal da Secretaria de Turismo, né? TurisAngra. Eles, agora que eles querem conversar sobre isso, né? Mas... Olha, não sei se eles num concordaram, porque a gente num quer que..., a gente quer a base comunitária mesmo, né? Nosso contato direto, nosso pessoal. Não... a Secretaria não se aproveitar. Se é pra dividir as coisa, vamo... é dividir o certo. Falei tudo isso. E... Procurar a gente e... Só que até agora não... (Lucas, maio, 2016).

Apesar do recorrente relato da falta de apoio da instituição ligada ao turismo, a Fundação de Turismo de Angra dos Reis criou uma proposta de inclusão da comunidade indígena Sapukai em um roteiro classificado por eles de turismo ecológico, com o objetivo de “[...] preparar os índios para receber os turistas que desejem ter outra opção de passeio que não seja o mar, a fim de beneficiar mais de 300 indígenas guaranis” (JESUS, 2017, p.358). Além desta, a proposta de criação de um espaço cultural, para apresentações de música e danças e exposição e venda de artesanato também foi indicada (JESUS, 2017). No entanto, constata-se que nada disso se colocou em prática, resultando nas declarações de Julio, durante o Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde, em 2015, e de Lucas.

Para além do papel de divulgação da prefeitura, a manutenção da estrada que liga à aldeia se torna fundamental para o acesso de visitantes. A condição precária da estrada que liga à Sapukai é tema de reclamação recorrente nas redes sociais por Lucas: “Já a prefeitura ainda está pensando de arrumar nossa Estrada da aldeia Sapukai! Nós da comunidade não aguentamos mais tanto tempo!!! nós mesmos arrumando nossa estrada da aldeia Sapukai” (Lucas Benite. 23 de março de 2019). A demanda foi atendida alguns meses depois: “Eu gostaria de agradecer em nome da comunidade da aldeia sapukai!!!! todas o equipe da prefeitura de Angra dos Reis RJ se envolveu com manutenção da estrada da aldeia sapukai!!! Obrigado” (Lucas Benite, 29 de novembro de 2019).

Abordando a relação com o mercado, Lucas conta a experiência com algumas agências de viagem que entram em contato na tentativa de intermediação nas visitas dos turistas, o que tem sido rejeitado:

[...] desses anos que a gente vem... pareceu muita agência querendo fazer o Turismo na aldeia. Só que eles querem lucrar e a nossa luta foi: sempre que a comunidade se beneficiasse, não uma agência ganhar dinheiro em cima deles. Então que eles agenciassem. Agenda, faz uma página e... agenda com eles, e eles dá o preço [...] O cara marca, traz a bebida aqui, vem tudo, guia né? E eles distribui aqui, na época lá em cima, distribui... Traz um gringo, eles mesmo conversa... Distribuição de bebida alcoólica, aqui é proibido. Então... Nisso eles tiram o poder da gente, né? Tira... da comunidade. A gente não pode falar mal, porque eles tão...dizem que ele tão pagando, então isso, isso... não pode acontecer (Lucas, maio, 2016).

Os temas agenciamento e “se colocar no mercado”, no que se refere às experiências de turismo de base comunitária, têm sido questionados e debatidos pelas iniciativas, no meio acadêmico e nos fóruns organizados pela sociedade civil. A comercialização tem o papel de viabilidade econômica na busca de autonomia de muitas comunidades, assim como, a falta de uma estratégia adequada para o perfil destas experiências de turismo tem sido uma das causas do fim de muitas delas, principalmente após o término de apoios financeiros externos para o desenvolvimento dos projetos (BURSZTYN, 2014).

A relação com as agências de viagem, como exemplificado no caso da Sapukai, tem sido vista com desconfiança por diversas iniciativas de TBC: “As relações assimétricas de poder e o perfil do turista que busca este tipo de serviço são apontados como os principais fatores que influenciam esse distanciamento.” (BURSZTYN, 2014, p. 48). Ou seja, as diversas discussões têm como foco estratégias de comercialização que se utilizam dos mesmos mecanismos utilizados pelo mercado de turismo convencional. No entanto, estamos aqui falando de iniciativas de turismo que se diferenciam das disponíveis no mercado tradicional, e em que, muitas delas, têm o envolvimento de povos e comunidades tradicionais, em que o TBC tem sido uma proposta de prática de alguns grupos indígenas como exemplificado no caso da Sapukai.

Tendo este tema como uma tensão para o turismo na Sapukai, assim com nas demais comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras da Rede Nhandereko, desde 2016, este coletivo vem construindo uma proposta de uma Central de Comercialização, pois “O desafio das comunidades tradicionais nesses territórios é fortalecer, em contraponto com a lógica do turismo mercadológico, uma nova forma de fazer turismo protagonizado pelos comunitários e em harmonia com as questões socioambientais.” (COMUNICAÇÃO FCT, 2016). Assim, ao remar contra o modelo de turismo, o “turismo mercadológico”, o objetivo da Rede é “ampliar as redes de acesso e divulgação, lutar por políticas públicas, conectar roteiros e impulsionar a autonomia das comunidades tradicionais para a prática do turismo de base comunitária” (COMUNICAÇÃO FCT, 2016).

Trazendo para aqui resultado das observações durante as partilhas, identificamos um silêncio dos indígenas presentes (no que tange dar opiniões, falar em público, etc.) em todos os encontros comparativamente com a participação dos representantes caiçaras e quilombolas. Os indígenas sempre estão juntos entre eles, com pouca interação, até mesmo no momento de lazer. Uma das justificativas pode ser a dificuldade de comunicação, por questões culturais, uma das características dos guarani é a preservação da língua.

É importante considerar que, parte dos moradores da Sapukai, assim como das demais aldeias da região, se mantêm, grande parte de seu tempo, na aldeia, não possui trabalhos externos, nem mesmo participam do ensino tradicional proposto pelo governo. Como explicitado por Lucas, todas as práticas orientadas historicamente e fomentadas pelas lideranças fazem com que todos permaneçam na aldeia, não incentivam a migração para os centros, nem mesmo a busca por trabalho externo. Por esta razão, o turismo ganha relevância, pois é mais uma alternativa econômica (ganho do *pira pire*) que possibilita a manutenção destes em seu território (na *tekoa*).

Identificamos, também, uma desvantagem competitiva na organização dos roteiros e escolha dos que já estão mais “prontos” para receber uma divulgação mais direta dos mecanismos de comunicação da Rede Nhandereko. Conforme comentário da facilitadora da partilha que ressaltou a dificuldade de interação dos indígenas, o estado de precariedade de infraestrutura das aldeias (principalmente o acesso à água e saneamento básico), como um “obstáculo” para a inserção como um dos destinos estratégicos para início de um processo de divulgação, durante o encontro realizado, em dezembro de 2017, no Quilombo do Campinho da Independência (Paraty). Certamente, são justificativas que têm uma perspectiva das questões operacionais e de mercados envolvidas no turismo, nas quais a Rede Nhandereko tem se inserido.

Trazendo mais uma vez Grunewald para pensar o caso da Sapukai, quando ele apresenta a perspectiva da arena turística, um “espaço social onde ocorrem interações geradas pela atividade turística” (2003, p. 154), no caso específico dos Pataxós da Bahia, ele cita que:

[...] as arenas turísticas podem ser muito bem aproveitadas para o posicionamento (discursivo) das comunidades étnicas no mundo globalizado. Essas comunidades acabam muitas vezes por fazer dessas arenas os pontos de onde conseguem falar de si ao mundo, um mundo pós-moderno que necessita cada vez mais do primitivo como contraponto estratégico (GRUNEWALD, 2003, p.155).

Assim, trazer o *juruá* para dentro da aldeia Sapukai, numa prática de turismo direto em terra e comunidade indígena, representa a possibilidade deste grupo falar de si para o mundo, pois conforme Lucas, durante a partilha intitulada “Costurando Redes – das práticas aos princípios de Turismo de Base Comunitária”, realizada em Trindade (Paraty) em dia 29 de setembro de 2016.

Eu sempre falo que até para preservar a nossa cultura e a língua a gente precisa se relacionar com o homem branco. Porque cada vez que alguém vai até lá para comprar artesanato, ver as apresentações culturais é um passo a mais que a gente dá e nos envolvemos cada vez mais”, conta a liderança. Segundo ele, ao mesmo tempo em que os grupos culturais cantam, cada música fala da história do povo Guarani e isso ajuda a fortalecer o conhecimento dos que participam sobre sua própria história (COMUNICAÇÃO POPULAR FCT, 21 out. 2016).

É importante destacar, ainda, o agravamento da questão econômica com a chegada da Pandemia COVID 19, em março de 2020. Os indígenas não podem sair da aldeia para vender o artesanato, nem mesmo receber os visitantes. Desta forma, os diversos grupos de apoio para arrecadação de mantimentos e outros itens necessários foram e continuam sendo fundamentais. Neste período, a venda do artesanato, continua

se destacando como alternativa socioprodutiva e econômica, exemplificada pelas postagens de Lucas em sua rede no *facebook*. Constatamos que o turismo se configura como presente e necessário para manutenção da cultura, para que tenham recursos *pira pire* e permaneçam na aldeia.

Além disso, é importante, aqui, mencionar o papel do mapa de TBC criado pelo FCT. A importância deste mapa, pelo qual estamos nos movimentando e descobrindo caminhos, que tem cumprido um papel fundamental, para além de sua função original. Os povos e comunidades tradicionais, entre eles os indígenas guarani, passam a ganhar visibilidade territorial com a sua criação e divulgação (MENDONÇA et al., 2017) Conforme Mendonça, Santos e Leite (2020) está sendo revelado um novo mapa, que apesar de turístico, destacam neste território os diversos grupos que se encontram fora do mapa sociopolítico e econômico do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Lembrando Tim Ingold (2000, 2005) de que todos os mapas estão encravados de modos de vida, nenhum deles está desassociado de suas práticas sociais, pois são lugares de história, estamos diante de um mapa que revela uma diversidade de *nhandereko*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos povos originários têm tentado planejar e organizar o turismo, tendo como base o binômio natureza e cultura, objetivando dinamizar a economia local, conservar o patrimônio natural e assegurar a salvaguarda das culturas indígenas. Paralelamente, as iniciativas de turismo têm sido uma escolha estratégica para fortalecimento de algumas etnias considerando sua história de luta, de resistência e enfrentamento a favor dos direitos constitucionais, dentre eles, a autossuficiência sobre suas terras e territórios e sobre si mesmos, uma vez que o regime tutelar prevalece sobre esses povos e, conseqüentemente, sobre suas propostas e projetos, como é o caso do turismo. Dessa forma, inseridos neste processo, os guarani, localizados na Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, como o caso da Sapukai, vêm buscando organizar o turismo na mesma direção, com um enfoque que denominam de base comunitária.

Assim, o turismo em terras e comunidades indígenas tem resultado em um amplo debate sobre sua interpretação conceitual limitada a uma perspectiva mercadológica, utilitarista e lucrativa. No entanto, mesmo que os grupos indígenas estejam no mundo, inseridos historicamente em uma modalidade de turismo, em um contexto classificatório, chamado turismo étnico, etnoturismo, ecoturismo indígena, xamânico, ou a proposta de turismo ecológico, feita pela Turisangra, estamos fazendo o exercício de relativizar os diversos conceitos classificatórios do que seriam as práticas do turismo indígena, que podem ter uma diversidade de conotações e conceitos polissêmicos. O que buscamos são os significados locais de um turismo, em nosso campo de pesquisa, definido localmente como de base comunitária.

Tendo o turismo de base comunitária (uma escolha do turismo direto) como uma perspectiva local do modo de fazer turismo, destarte, o que está em jogo na *tekoa* Sapukai, é seu modo de vida (o *nhandereko*), seus direitos, a segurança das mulheres, crianças e jovens, a forma dialógica de relação comunidade-visitante, o controle do turismo pelo grupo social onde os benefícios são vistos de forma mais direta por estes atores sociais, sem a exploração de agentes externos. O que está em jogo é o direito ao turismo como uma alternativa de renda (*pira pire*), mesmo que seja “[...] difícil sustentar um turismo em área indígena que vise à superação dos diversos problemas técnicos e administrativos que podem surgir e especialmente por se tratar de povos em regime tutelar” (GRUNEWALD, 2009, p.105). Assim, além do objetivo econômico,

entre a prática do turismo indireto ou direto, o turismo na Aldeia Sapukai se revela como um interlocutor de histórias, uma ferramenta que proporciona encontros e que manifesta *nhandereko*.

Desta forma, em um momento em que vivenciamos, pouco a pouco, um desmonte e a luta pelo direito à diversidade cultural, aos saberes tradicionais, esse trabalho se corporifica num campo em constante tensão, um “turismo indígena de resistências”, como já referido. Acima de tudo, um turismo realizado em “terra” indígena demarcada política e geograficamente, espaço fechado como coloca Ivanilde, mas que é sobreposto pelo turismo em “comunidade” indígena guarani mbya, em que o território cultural não tem limites em que se o turismo se realiza no *tekoa*, onde é possível se manifestar o *nhandereko*, pois a experiência está envolvida com os mitos e crenças que permeiam o cotidiano deste povo, que estão em constante busca pela terra prometida, e transmitem esses códigos simbólicos entre gerações.

Ou seja, ser um guarani mbya da Sapukai, significa ser uma forma de resistência, que transforma o *nhandereko* em uma experiência de turismo, um “turismo de base comunitária de resistência”. Nesta direção, nos interessa e nos move os sentidos e significados locais que se desvelam na forma de pensar e de organização do turismo guarani mbya na Costa Verde.

Como resultado ainda, constatamos que o turismo em terras e comunidades indígenas é uma realidade no Brasil, porém ainda pouco explorada, ora devido às limitações legais, a entraves na comercialização da iniciativa, ora nas limitações do processo de comunicação com agentes externos, ora a falta de apoio do poder público, resultando muitas vezes na busca de alternativas que possam minimizar esse impacto. Esta é, acima de tudo, uma novidade no estado do Rio de Janeiro, onde os indígenas têm uma invisibilidade política e territorial.

Assim, exemplificado pelo caso da Sapukai e da Rede Nhandereko, o turismo indígena no Rio de Janeiro pode cumprir um papel pedagógico e educacional fundamental, ao desvelar um lugar de história.

REFERÊNCIAS

ACERO-TINOCO, E. C. **Turismo, Patrimônio e Comunidades Indígenas**. In: Revista Turismo y Sociedad. vol. x xii, enero-junio 2018, pp. 213-233.

ARAÚJO, Silvana M. Artificio e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI, A. & BARRETTO, M. (orgs.). **Turismo e identidade cultural**. Uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BENITE, L. (@lucasbenite). Já a prefeitura ainda está pensando de arrumar nossa [...]. Angra, 23 nov. 2019. Facebook: @lucasbenite. Disponível em: <https://www.facebook.com/lucas.benite.52/posts/2297937863598978>. Acesso: 01 ago. 2021.

BENITE, L. (@lucasbenite). Eu gostaria de agradecer em nome da comunidade da Aldeia Sapukai!!!. Angra, 29 nov. 2019. Facebook: @lucasbenite. Disponível em: <https://www.facebook.com/lucas.benite.52/posts/2765911816801578>. Acesso: 01 ago. 2021.

BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani (mulher falando)**. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. 2018.

BERNAL, J. **Turismo chamánico: ¿Por qué los hongos alucinógenos están a punto de la extinción?**. Mexico Travel Channel, disponível em:

<https://mexicotravelchannel.com.mx/pueblos-magicos/20210705/turismo-chamanico-hongos-alucinogenos-huautla-oaxaca/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto S/N de 03/07/1995** (Artigos 1 a 3). Homologa a Demarcação Administrativa da Terra Indígena Guarani de Bracuhy, localizada no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União (DOU) 04/07/1995

BRASIL. **Instrução Normativa N° 03/2015, de 11 de junho de 2015**. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRUNER, Edward M. The ethnographer/tourist in Indonesia. *In: ALLCOCK, John, BRUNER, Edward M. & LANFANT, Marie-Francoise (orgs.). International Tourism: Identity and Change, Anthropological and Sociological Studies*. Londres: Sage Publications, 1995.

BRUNER, Edward M. - Resenha do filme *Cannibal tours: De canibais, turistas e etnógrafos*. **Cadernos de Antropologia e Imagem n° 25**. Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, pp. 231-239.

BURSZTYN, I. Comercialização no turismo de base comunitária: Inovar é preciso. *In: NOVO, C. B. M. C.; CRUZ, J. G. da (Orgs). Turismo comunitário, reflexões no contexto amazônico*. Manaus: Udua, 2014. p. 79-102.

CAMACHO-RUIZ, E *et al*, E. E. Indicadores de sostenibilidad para el ecoturismo en México: estado actual. **Revista LiminaR**, Vol.14 N°.1 San Cristóbal de las Casas ene./jun. 2016.

CEPAL. **Os Povos Indígenas na América Latina Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

COMUNICAÇÃO POPULAR FCT. **Comunidade caiçara do Sono recebe Partilha de TBC da Rede Nhandereko**. Preservar é Resistir, jul. 2018. Disponível em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/comunidade-caicara-sono-recebe-partilha-rede-nhandereko-tbc>. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. **Caiçaras, indígenas e quilombolas se reúnem em Trindade para discutir conceitos e práticas de TBC**. Preservar é Resistir, 21 out. 2016. Disponível

em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/2016/10/21/cai%C3%A7aras-ind%C3%ADgenas-e-quilombolas-se-re%C3%BAnem-em-trindade-para-discutir-conceitos-e-pr%C3%A1ticas>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CORBARI, S. D.; GOMES, B. M. A., BAHL, M. Os povos indígenas e o turismo: um enfoque no estado do Paraná (Brasil). **Anais X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Universidade de Caxias do Sul, 2013.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DA SILVA DE SOUZA, N. N. **O Turismo Indígena no Brasil: Para onde levam os ventos da Cruviana?** Tese (Doutorado) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, 2020. p. 258.

FIODM. **Turismo Rural, Comunitário e Gastronomía. Mapeo y Sistematización**. "Programa Conjunto Industrias Creativas Inclusivas" Lima, 2011. 84p. UNESCO - OMT /2012

DE SOUZA, N. N. DA S. **Alternativa Ecoturística bajo los lineamientos de la Sostenibilidad para la Comunidad Indígena de Nova Esperança**, Edo. de Roraima, Brasil. Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda. Area de Postgrado en Turismo. Programa de Maestría en Planificación Turística. Santa Ana de Coro, Estado Falcón, Venezuela, 2005. (Tesis de Grado).

FORTUNADO, R. A.; SILVA, L. S. Os Significados do Turismo Comunitário Indígena Sob a perspectiva do Desenvolvimento Local: O Caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (AM). **CULTUR**, ano 05 - nº 02 - Ago/2011. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em: 10 ago. 2021.

GASCÓN, J. Cuando el Turismo ya no es ajeno? "Los turistas kunas: Antropología del turismo étnico en Panamá". **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 23, n. 2, p. 416-420. 2014.

GASPERAZZO, M. V. **Aldeia Temática: projetos e experiência de etnoturismo entre os guarani**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. 140p.

GONZÁLEZ, M. M. ¿Etnoturismo o turismo indígena? **Teoría y Praxis**, n. 5, 2008. Disponível em: <http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero5/Moralespdf/>. Acesso em: 20 de Julho de 2021.

GRUNEWALD, R. de A; Indigenismo, Turismo e Mobilização Étnica. *In. Turismo e Antropologia: novas abordagens*. GRABURN, N., BARRETO, M; STEIL, C. A; GRUNEWALD, R. de A.; SANTOS, R. J. dos (orgs). São Paulo: Papius, 2009. p. 97-118.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000.

INGOLD, T. Jornada ao Longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação, **Religião e Sociedade**. 2005, v. 25, n 1, p. 76–110.

JESUS, D. S. de. **Economia criativa e resistência**: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 53, N. 2, p. 349-362, mai/ago 2017.

LADEIRA E AZANHA. **Os Índios e a Serra do Mar** – A presença Mbya Guarani em São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, Nova Stella, 1987, São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês (Coord). **Relatório de Identificação e Delimitação**: Áreas Indígenas Guarani Araponga, Parati-mirim, Bracuí (RJ) E Aguapeú (SP). Brasília: FUNAI, 1993.

LADEIRA, Maria Inês. Os Índios Guarani / Mbya e o Complexo Lagunar Estuarino de Iguape - Paranaguá. **Centro de Trabalho Indigenista**, 1994, São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz**: o território mbya à beira do oceano. 1a Edição. Editoria UNESP. 2007.

LOURIVAL. T. *et al.* Oremba'e Va'e Kue Peme'enju Orevy Pe (Era Nosso, Devolva Para Nós). **Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social: Repensando os paradigmas institucionais da conservação**. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 18 a 21 de outubro de 2017. Niterói: PPGSD-UFF, 2017. ISBN 978-85-89150-22-4

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: Roberto Bartholo, Davis Gruber, Sansolo e Ivan Bursztyn, (orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25- 44.

MARCON, E. M. G. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 5 Nº3, 2007. p. 343-352.

MENDONÇA, T. C. M. *et al.* **Relatório do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde**. Nova Iguaçu: UFRRJ/NEPET, Agosto, 2015. 102 págs.

MENDONÇA, T. C. de M *et al.*. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6596>.

MENDONCA, T. C. M.; SANTOS, R. O.; LEITE, M. C. S. Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária: a resistência caiçara, quilombola e indígena tece um novo mapa de turismo na Costa Verde (RJ) *In*: **Diálogos sociais em turismo**: elementos

hegemônicos e contra hegemônicos.1 ed.Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 163-180.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Manual Indígena de Ecoturismo**. Brasília: MMA, 1997.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS DA BOCAINA - OTSS. **Turismo de Base Comunitária - TBC**. Disponível em: <https://www.otss.org.br/turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PEREIRO, X. Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s). Turismo em Terras Indígenas, Associação Galega da Língua (AGAL). **Agália – Revista Estudos na Cultura**, Santiago de Compostela, Galiza. 2015.

SANDOVAL, E. **Ecoturismo y Ambiente**. Módulo Mastría en Planificación Turística. Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda - UNEFM, Santa Ana de Coro, Venezuela, 2001.

SANTOS, Renato de Oliveira dos. **Saberes e ocupações tradicionais: memória e visitação na aldeia guarani mbya Araponga – RJ**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2020_Mestrado_Renato_Santo-1.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

SANTOS, R. O. *et al.* Nhandereko Guarani Mbya, tekoa Araponga: o ara e o ywy, na voz do xeramõi (O modo de ser Guarani Mbya na aldeia Araponga: tempo e espaço, na voz do mestre). In: PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; et al (Orgs.), **Povos originários e comunidades tradicionais, Vol 5: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SOUZA, N. N. DA S. DE *et al.*, Turismo étnico indígena: definição conceptual, potencialidades y desafíos en Brasil, Turismo - Visão e Ação, v. 23, n. 2, p. 308–328, 2021.

UNESCO. Paraty e Ilha Grande se tornam o primeiro sítio misto do Patrimônio Mundial localizado no Brasil. 5 jul. 2019. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-ew/news/paraty_becomes_the_first_mixed_world_heritage_site_in_brazil/. Acesso em: 01 ago. 2021.

VAN DEN BERGHE, P. L.; KEYES, C. F. Introduction tourism and re-created ethnicity. 1984.

VAN DEN BERGHE, P. The Quest for the Other: ethnic tourism in San Cristóbal, Mexico. Seattle/Londres: University of Washington Press, 1994.

Sapukai – the nhandereko Mbya as tourism of Indigenous resistance in the State of Rio de Janeiro, Brazil

Abstract

In this paper, tourism in Indigenous lands and communities in the State of Rio de Janeiro is presented from a classificatory contextualization of the several proposals of Indigenous tourism in Latin America and in particular the case of Sapukai Village, located in Angra dos Reis, Costa Verde, in the south coast of the State of Rio de Janeiro. The research, which started in 2015, is oriented by the map of community-based tourism launched by the nucleus of tourism of the Forum of Traditional Communities - Angra - Paraty - Ubatuba, which gave rise to the Nhandereko Community-Based Network. In this map, with indications of caiçara, quilombola and Indigenous experiences in the south coast of Rio de Janeiro and north coast of São Paulo, the villages of guarani mbya Araponga, Itaxim de Paraty Mirim and Sapukai, this one being the focus of reflections for this work, are located in Rio de Janeiro. The aim is to explore the meanings of tourism, locally denominated a community-based one, both in the field of representations and discourses and local practices as well. By discovering paths and walking through this map from Tim Ingold's methodological perspective, we point out that beyond the economic goal, the "pira pire" gain, between indirect and direct tourism, the tourism in "Tekoa" Sapukai, locally denominated a community-based one, reveals itself as an interlocutor of histories which manifest "nhandereko". The "nhandereko" expresses itself as an experience which not only enables the visibility of Indigenous tourism but also the political-territorial visibility of Indigenous territories, a tourism of resistance in the State of Rio de Janeiro.

Keywords: *Aldeia Sapukai, Guarani Mbya, Tourism in Indigenous land and communities, Nhandereko, Community-Based Tourism.*

Artigo submetido em 05/08/2021. Artigo aceito em 30/09/2021.